



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, agosto/2006

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Carlos Kawall Leal Ferreira

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Menezes Silva

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 7, julho 2006. 38 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O Governo Central registrou superávit de R\$ 2,9 bilhões, em julho, contra R\$ 5,9 bilhões no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,4 bilhões e de R\$ 5,1 milhões, respectivamente. No ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 41,4 bilhões, o equivalente a cerca de 3,55% do PIB estimado, contra R\$ 43,1 bilhões do ano passado, ou cerca de 3,99% do PIB. Não obstante a receita (líquida de transferências) ter crescido cerca de 0,69 ponto percentual, o superávit do Governo Central caiu devido ao aumento das despesas (1,13 ponto percentual), especialmente benefícios previdenciários (0,41 ponto percentual) e custeio e capital (0,55 ponto percentual). O resultado primário, contudo, segue a trajetória compatível com o atingimento da meta de 4,25% do PIB estabelecida para o setor público consolidado (Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais).

Até julho deste ano, o resultado primário do Governo Central atingiu R\$ 41,4 bilhões, contra R\$ 43,1 bilhões em igual período de 2005.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2005-2006**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUN 2006	JUL 2006	JAN-JUL 2005 2006	
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>44.372,6</b>	<b>44.829,4</b>	<b>275.335,7</b>	<b>306.019,2</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>34.590,3</b>	<b>34.969,2</b>	<b>216.950,8</b>	<b>240.214,8</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	36.138,0	36.658,8	223.820,5	245.582,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.547,7	-1.689,7	-6.869,8	-5.367,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>	<b>57.503,8</b>	<b>64.959,9</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>126,8</b>	<b>126,2</b>	<b>881,2</b>	<b>844,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.924,1</b>	<b>7.429,9</b>	<b>47.969,9</b>	<b>53.156,9</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>	<b>227.365,8</b>	<b>252.862,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>30.532,9</b>	<b>34.467,9</b>	<b>184.239,8</b>	<b>211.489,3</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>17.520,7</b>	<b>21.164,8</b>	<b>106.681,7</b>	<b>123.175,3</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.801,3	9.605,9	52.201,4	58.149,2
IV.1.2. Custeio e Capital	9.666,4	11.501,9	54.110,1	64.671,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.261,3	1.864,4	5.677,9	7.566,8
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	519,4	823,8	3.662,3	4.947,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.015,0	1.021,9	5.069,5	6.481,2
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.870,7	7.791,8	39.700,4	45.676,4
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,0	57,0	370,1	354,4
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>	<b>76.679,9</b>	<b>87.373,1</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>199,8</b>	<b>131,2</b>	<b>878,2</b>	<b>940,9</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>5.915,6</b>	<b>2.931,6</b>	<b>43.126,0</b>	<b>41.373,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	9.145,5	6.374,5	62.299,1	63.882,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.156,8	-3.437,9	-19.176,1	-22.413,2
V.3. Banco Central (4)	-73,1	-5,1	2,9	-96,3
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,99%</b>	<b>3,55%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES**  
**ACUMULADO: 2006/2005**

DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>11,1%</b>
Tesouro	10,7%
Previdência	13,0%
<b>Transferências</b>	<b>10,8%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>11,2%</b>
<b>Despesas</b>	<b>14,8%</b>
Benefícios	13,9%
Pessoal	11,4%
Custeio e Capital	19,5%

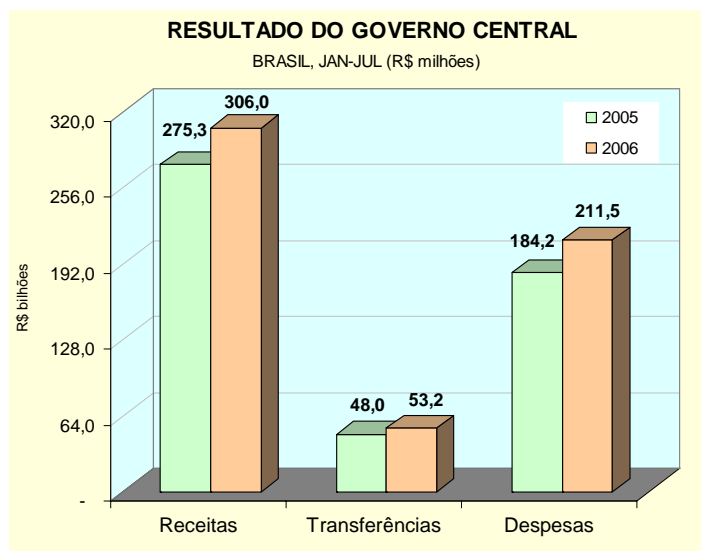
**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,76%	5,48%
Previdência Social	-1,77%	-1,92%
Banco Central	0,00%	-0,01%
<b>Governo Central</b>	<b>3,99%</b>	<b>3,55%</b>

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/06	JUL/06
Receita Total	44.372,6	44.829,4
Transferências	7.924,1	7.429,9
<b>Receita Líquida</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>
Despesa Total	30.532,9	34.467,9
<b>Resultado Primário</b>	<b>5.915,6</b>	<b>2.931,6</b>

No mês, o destaque foi o pagamento de parcela do 13<sup>o</sup> salário devido aos servidores públicos do Poder Executivo, aumentando as despesas com pessoal em R\$ 1,8 bilhão relativamente a junho. Além disso, cresceram as despesas com custeio e capital (R\$ 1,8 bilhão), notadamente as rubricas “abono salarial e seguro-desemprego” (R\$ 603,1 milhões) e “outras despesas de custeio e capital” (R\$ 921,1 milhões). As receitas, por sua vez, cresceram R\$ 456,7 milhões no mês. Houve redução de R\$ 3,6 bilhões no imposto de renda, relativamente ao mês anterior, devido a fatores sazonais, especialmente o recolhimento semestral do IRRF – Rendimentos de Capital sobre os fundos de investimento em junho. Por outro lado, julho foi o mês de pagamento da 2<sup>a</sup> parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras, que passou de R\$ 880,8 milhões, em junho, para R\$ 3,0 bilhões, no mês em análise. Além disso, registra-se o ingresso de R\$ 799,9 milhões devido ao resultado da extinção da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo capital o Tesouro integralizou em 2001 (dezembro) e 2002 (março e maio). Parte dos recursos que ingressaram na conta única será destinada à redução dos custos da energia elétrica a serem rateados entre os consumidores, conforme previsto na Lei nº 10.438/2002.

*O superávit do Governo Central foi de R\$ 41,4 bilhões no ano (3,55% do PIB), contra R\$ 43,1 bilhões do ano passado (3,99% do PIB). Não obstante a receita (líquida de transferências) ter crescido, o superávit do Governo Central caiu devido ao aumento das despesas, especialmente benefícios previdenciários e custeio e capital.*



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	25,46%	26,27%
Transferências	4,44%	4,56%
<b>Receita Líquida</b>	<b>21,02%</b>	<b>21,71%</b>
Despesa Total	17,03%	18,16%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,99%</b>	<b>3,55%</b>

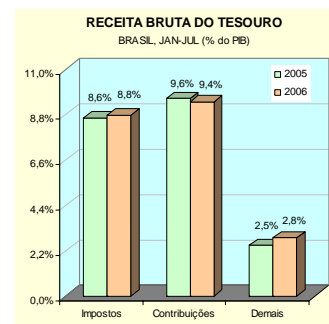
No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 21,8 bilhões (9,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 245,6 bilhões. Impostos e contribuições se elevaram em 9,6% e 6,0%, respectivamente, reflexo, em grande medida, do aumento no recolhimento do IRPJ e da CSLL pelo setor de combustíveis, extração de minerais metálicos e eletricidade, e da retomada do pagamento regular por parte de algumas

instituições financeiras que, no ano de 2005, estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ. As medidas de desoneração tributária adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e a pequenas e médias empresas e incentivo à inovação) contribuíram para que a evolução da receita de tributos e contribuições não fosse tão significativa. Com efeito, apesar do comportamento de alguns setores econômicos neste ano, a arrecadação da União não evidencia a mesma dinâmica observada em igual período do ano anterior, quando a receita bruta havia crescido 15,7% relativamente ao período janeiro-julho de 2004. As demais receitas, por outro lado, cresceram 24,4% no acumulado do ano. Isso se deve ao incremento do pagamento de dividendos nas quais a União possui participação acionária (R\$ 2,9 bilhões), com destaque para as empresas financeiras (Banco do Brasil, Caixa e BNDES); ao aumento do volume recolhido a título de cota-parte de compensações financeiras (R\$ 2,3 bilhões); à evolução do pagamento referente às concessões (aumento de R\$ 586,2 milhões), especialmente petróleo e gás natural; e à transferência dos recursos da CBEE ao Tesouro (R\$ 799,9 milhões), sem contrapartida em 2005.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 53,2 bilhões até julho, cerca de 4,56% do PIB, contra R\$ 48,0 bilhões, ou 4,44% do PIB, em igual período do ano passado. Contribuiu sobremaneira para o crescimento observado a arrecadação e o repasse da cota-parte das compensações financeiras.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 123,2 bilhões, contra R\$ 106,7 bilhões no mesmo período do ano anterior, aumento de 16,5 bilhões (15,5%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,71 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,17 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,55 ponto percentual). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 5,9 bilhões (11,4%) e R\$ 10,6 bilhões (19,5%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT (R\$ 1,9 bilhão), dos benefícios da LOAS/RMV (R\$ 1,4 bilhão) e subsídios e subvenções regionais (R\$ 1,3 bilhão).

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 22,4 bilhões no ano, contra R\$ 19,2 bilhões até julho de 2005. O déficit primário do RGPS tem aumentado como proporção do PIB devido à maior dinâmica dos gastos com benefícios *vis-à-vis* às receitas de contribuição, especialmente devido aos reajustes do salário-mínimo acima da inflação e à elevação na quantidade média mensal de benefícios pagos. Com efeito, essas despesas cresceram R\$ 10,7 bilhões



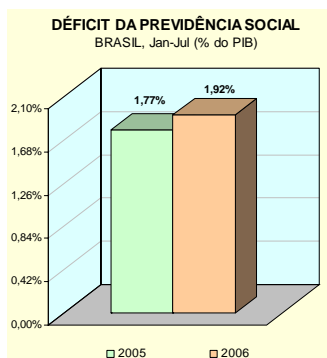
*No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 48,0 bilhões para R\$ 53,2 bilhões (10,8%).*

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL**  
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,83%	4,99%
Custeio e Capital	5,00%	5,55%
Despesas do FAT	0,52%	0,65%
Subsídios e Subvenções /1	0,34%	0,42%
LOAS/RMV	0,47%	0,56%
Outras	3,67%	3,92%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*O déficit da Previdência Social passou de 1,77 ponto percentual do PIB, de janeiro a julho de 2005, para 1,92 este ano.*



(13,9%) no período janeiro-julho, em relação a igual período do ano passado, ao passo que as receitas cresceram R\$ 7,5 bilhões (13,0%).

O valor médio dos benefícios pagos pela Previdência aumentou 7,8%, como conseqüência do reajuste do salário-mínimo e também do aumento dos benefícios com valores acima do piso dos benefícios. Em termos quantitativos, quando se compara as médias de concessão de benefícios em 2006 e 2005, torna-se clara a considerável ampliação do contingente de novos benefícios, com as seguintes variações no estoque: i) 459,2 mil aposentadorias (3,6%), 218,0 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,2%) e 155,5 mil pensões por morte (2,7%).

Do lado das contribuições, o acréscimo observado é conseqüência do comportamento favorável em termos de geração de novos postos formais de trabalho. Conforme dados do Caged, foram gerados 637 mil novos empregos entre dezembro e junho de 2006, frente a 614 mil novos postos observados em igual período do ano anterior (crescimento de 3,7%). Além disso, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada no primeiro semestre de 2006 foi 11,8% superior à do período correspondente em 2005.

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) <sup>1/</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/06	JUL/06
<b>Impostos</b>	<b>17.842,7</b>	<b>14.240,0</b>
Imposto de Renda	14.247,8	10.647,6
IPI	2.223,1	2.212,0
Outros	1.371,8	1.380,4
<b>Contribuições</b>	<b>15.546,2</b>	<b>16.880,2</b>
Cofins	7.461,9	7.949,1
CPMF	2.599,6	2.776,0
CSLL	2.098,8	2.769,5
Cide - Combustíveis	640,4	634,0
Outras	2.745,6	2.751,5
<b>Demais</b>	<b>2.749,1</b>	<b>5.538,7</b>
Cota parte	880,8	2.992,1
Diretamente Arrecadada	1.028,3	1.041,4
Dividendos da União	156,1	10,1
Pagamento Unificado <sup>2/</sup>	-	-
Outras	683,9	1.495,0
<b>Total Bruto</b>	<b>36.138,0</b>	<b>36.658,8</b>

/1 Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.  
/2 Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Em julho, a receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 36,7 bilhões, contra R\$ 36,1 bilhões, no mês anterior. Contribuíram para o incremento de R\$ 520,8 milhões (1,4%) os seguintes fatores: i) recolhimento do IRPJ e CSSL, referente ao pagamento da 1ª cota ou cota única da apuração trimestral encerrada em junho; ii) homologação da compensação efetuada por parte de instituições financeiras, afetando o recolhimento da Cofins e Pis/Pasep; e iii) recolhimento da parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

No que se refere à receita administrada pela SRF destaca-se a redução em julho de R\$ 4,0 bilhões no IRRF-Rendimento de Capital, uma vez que em junho ocorreu o recolhimento da parcela semestral, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004, referente à tributação sobre rendimentos auferidos pelos fundos de investimentos.

As demais receitas do Tesouro passaram de R\$ 2,7 bilhões no mês de junho para R\$ 5,5 bilhões em julho, registrando acréscimo de 72,4% em função, principalmente, do recolhimento trimestral da participação especial pela produção e extração de petróleo e gás natural. Registre-se também o ingresso na conta única do Tesouro Nacional de R\$ 799,9 milhões em função da extinção da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), conforme estipulado pelo Decreto nº 5.826/2006. Por sua vez, os ingressos relativos aos dividendos

totalizaram em julho o montante de R\$ 10,1 milhões, contra R\$ 156,1 milhões no mês anterior.

Até julho de 2006, a receita bruta do Tesouro fez o equivalente a 21,09% do PIB, contra 20,69% do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, totalizou R\$ 245,6 bilhões no acumulado deste ano, contra R\$ 223,8 bilhões no acumulado de 2005, registrando acréscimo de R\$ 21,8 bilhões (9,7%).

Destaques os seguintes fatores que contribuíram para o desempenho da arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal: i) crescimento de R\$ 365,0 milhões no recolhimento do IPI-Automóveis, em decorrência, basicamente, do aumento no volume de vendas no mercado interno; ii) arrecadação a maior em R\$ 771,0 milhões no IRPF relativa à declaração de ajuste anual e acréscimos legais; iii) incremento de R\$ 6,7 bilhões no recolhimento do IRPJ e da CSLL, explicados pelo aumento na arrecadação dos setores de combustíveis, extração de minerais metálicos, e eletricidade. No caso da arrecadação do IRPJ o aumento é explicado, também, pela retomada do pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que, em 2005, estavam com recolhimento suspenso por demanda judicial relativa ao IRPJ.

Por outro lado, a arrecadação do IPI-Outros apresentou queda de R\$ 348,0 milhões (4,9%), em função da redução para zero das alíquotas referentes a bens de capital e insumos da construção civil. Verificou-se também arrecadação atípica em janeiro de 2005, referente a auto de infração no valor de R\$ 137,0 milhões, sem correspondência no primeiro semestre deste ano.

A arrecadação das demais receitas do Tesouro apresentou aumento de R\$ 6,5 bilhões, passando de R\$ 26,6 bilhões até julho de 2005, para R\$ 33,0 bilhões em igual período de 2006. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 2,3 bilhões), refletindo, principalmente, os elevados níveis do preço do petróleo no mercado internacional; ii) acréscimo na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,2 bilhão), concentrado basicamente no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações arrecadada pela Anatel; iii) incremento de R\$ 586,2 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, em razão do recolhimento de R\$ 556,4 milhões de bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no ano anterior; e iv) incremento na arrecadação com dividendos (R\$ 2,9 bilhões) pagos por empresas em que a União detém par-

### **Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	169,2	1.164,5
Caixa	503,0	1.100,2
BNDES	775,8	1.200,3
Correios	-	91,9
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	28,9
BASA	35,3	126,8
Eletrobrás	0,1	137,8
Demais	117,2	62,5
<b>Total</b>	<b>3.442,1</b>	<b>6.383,7</b>

ticipação acionária, resultado da maior lucratividade do ano anterior, com destaque para o recolhimento de dividendos da Petrobrás (R\$ 2,3 bilhões), do Banco do Brasil (R\$ 1,2 bilhão) e do BNDES (R\$ 1,2 bilhão).

## Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
	R\$ milhões	
Decêndio	JUN/06	JUL/06
Terceiro Decêndio	5.698,5	6.836,3
Primeiro Decêndio	5.991,1	2.928,9
Segundo Decêndio	2.089,9	2.071,9
<b>Total</b>	<b>13.779,5</b>	<b>11.837,0</b>

Em julho, as transferências a estados e municípios apresentaram diminuição de R\$ 494,2 milhões (6,2%). As transferências constitucionais para o FPE e o FPM apresentaram redução de R\$ 638,1 milhões, associada à diminuição de R\$ 1,9 bilhão, por fatores sazonais, na base de cálculo desses repasses.

Também, verificou-se queda de R\$ 650,0 milhões nos repasses relativos à Lei Complementar nº 115/2002, tendo em vista que no mês anterior foram transferidos R\$ 812,5 milhões, correspondentes ao período de janeiro a abril e ao respectivo mês de junho, ao passo que neste mês foram repassados R\$ 162,5 milhões, referentes a julho.

Por outro lado, houve transferência no montante de R\$ 462,0 milhões relativa à CIDE-combustíveis, sem correspondência no mês anterior, tendo em vista que este repasse ocorre a cada trimestre, conforme estabelece a Lei nº 10.866/2004.

As demais transferências apresentaram aumento de R\$ 331,8 milhões, explicado, em boa medida, pelo acréscimo de R\$ 282,7 milhões verificados no repasse da parcela do salário educação recolhida pelo FNDE que, conforme estabelecido pelo Decreto nº 3.142/ 1999, ocorre bimestralmente.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	36.745,6	41.446,6
CIDE - Combustíveis	1.323,5	1.323,5
Lei Complementar nº 115/2002	2.494,2	1.584,7
Demais	7.406,7	8.802,1
<b>Total</b>	<b>47.969,9</b>	<b>53.156,9</b>

No período de janeiro a julho desse ano, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,56% do PIB, contra 4,44%, em idêntico período de 2005. Em valores nominais, perfizeram R\$ 53,2 bilhões até julho de 2006, frente ao montante de R\$ 48,0 bilhões no mesmo período acumulado do ano anterior. Contribuíram para essa evolução, principalmente, os seguintes fatores: i) aumento de R\$ 4,7 bilhões nas transferências constitucionais para o FPE e o FPM, em função da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo desses repasses; e ii) acréscimo de R\$ 1,0 bilhão nas transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, refletindo, principalmente, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,40%	3,56%
CIDE - Combustíveis	0,12%	0,11%
Lei Complementar nº 115/2002	0,23%	0,14%
Demais	0,68%	0,76%
<b>Total</b>	<b>4,44%</b>	<b>4,56%</b>

Por outro lado, houve redução de R\$ 909,4 milhões, comparativamente ao período acumulado até julho 2005, nas transferências relativas a Lei Complementar nº 115/2002. Tal diminuição é explicada pelo fato de que até julho de 2006 não houve transferência referente à parcela a título de auxílio financeiro aos estados exportadores. Os recursos para tal finalidade, no montante de



R\$ 1.950,0 milhões, deverão ser repassados aos estados e municípios em quatro parcelas mensais a partir de setembro, conforme entendimentos do Governo Federal com os Estados.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 21,2 bilhões, apresentando aumento de R\$ 3,6 bilhões (20,8%) relativamente a junho. O acréscimo dos gastos com pessoal e encargos sociais em R\$ 1,8 bilhão (23,1%) foi reflexo do adiantamento da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal. O aumento nos dispêndios de custeio e capital no mesmo valor (19,0%) concentrou-se nos gastos com outras despesas de custeio e capital (R\$ 921,1 milhões, aumento de 13,4%), bem como seguro desemprego, abono salarial e despesas operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (R\$ 603,1 milhões, aumento de 47,8%).

No caso das despesas do FAT, o incremento decorre de: i) início do cronograma de pagamento do abono salarial PIS/Pasep referente ao período 2006/2007, conforme Resolução Codefat nº 499/2006, que também disciplinou o pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento; e ii) aumento do número de parcelas do seguro desemprego para setores específicos, disciplinadas pelas Resoluções Codefat nºs 500 a 502/2006.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, o acréscimo de R\$ 304,4 milhões decorreu, principalmente, do aumento dos dispêndios com o Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 128,6 milhões), o Programa Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 133,5 milhões) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 93,5 milhões). Por outro lado, observou-se queda nas despesas com o Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R\$ 70,0 milhões) e o Programa de Subsídio à Habitação - PSH (R\$ 35,3 milhões).

A execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 132,4 milhões, montante semelhante ao observado no mês anterior. No âmbito das demais despesas obrigatórias (doações, indenizações do Proagro, dentre outros), houve incremento de R\$ 132,4 milhões.

As despesas discricionárias apresentaram aumento de R\$ 899,7 milhões (15,4%) relativamente a junho, concentradas nos Ministérios da Educação (R\$ 359,1 milhões), Defesa (R\$ 196,5 milhões) e Desenvolvimento Agrário (R\$ 101,3 milhões).

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/06	JUL/06
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>7.801,3</b>	<b>9.605,9</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>9.666,4</b>	<b>11.501,9</b>
Despesas do FAT	1.261,3	1.864,4
Subsídios e Subvenções /1	519,4	823,8
LOAS/RMV	1015,0	1021,9
Outras	6.870,7	7.791,8
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>53,0</b>	<b>57,0</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	JUN/06	JUL/06
<b>Agricultura</b>	<b>208,5</b>	<b>368,9</b>
Custeio Agropecuário	16,2	16,3
Investimento Rural	0,1	3,5
Preços Agrícolas	60,6	194,1
- EGF	0,2	0,1
- AGF	15,2	148,8
- Sustentação de preços	45,2	45,2
Pronaf	41,3	134,8
Pesa	90,3	20,2
Fundo da Terra/Incra	21,4	58,7
<b>Outras áreas</b>	<b>143,7</b>	<b>272,2</b>
Habitação (PSH)	82,6	47,3
Exportação (Proex)	91,0	219,6
FND (BNDES)	(51,3)	(53,4)
<b>Total</b>	<b>352,3</b>	<b>641,2</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
/2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/06	JUL/06
Sentenças Judiciais	15,1	28,8
Legislativo/Judiciário	369,5	337,8
Crédito Extraordinário	320,5	349,2
Projeto Piloto de Investimento/3	254,0	132,4
Outras Obrigatórias/1	60,3	192,7
Discricionárias/2	5.851,2	6.750,9
d/q Min. da Educação	507,5	866,5
Min. da Defesa	292,9	489,3
Min. do Des. Agrário	116,4	217,7
Min. dos Transportes	24,7	28,0
Min. da Ciência e Tecnologia	164,0	210,1
Min. das Rel. Exteriores	24,6	66,0
Min. do Des. Social	818,1	778,1
Min. da Previdência Social	112,7	70,6
Min. da Fazenda	234,6	157,7
Demais	3.555,7	3.866,8
<b>Total</b>	<b>6.870,7</b>	<b>7.791,8</b>

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.  
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária.  
/3 Inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.  
/4 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 2009/05 (LDO-2006).

**Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira nº 5.861, de 28/07/2006.**

Em atendimento ao disposto no art. 9º da LRF, procedeu-se à reavaliação das receitas não-financeiras e despesas obrigatórias relativas ao 3º bimestre de 2006, com base em parâmetros econômicos atualizados e valores realizados até maio de 2006 e preliminares de junho. A revisão indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira no montante de R\$ 4,8 bilhões, com a seguinte distribuição: R\$ 4,7 bilhões para o Poder Executivo – acréscimo no saldo atual da reserva para alocação futura, R\$ 14,5 milhões e R\$ 33,3 milhões para os Poderes Legislativo e Judiciário e R\$ 12,8 milhões para o MPU. Na reavaliação, a reestimativa das receitas indicou aumento líquido de transferências a estados e municípios de R\$ 3,2 bilhões. Os principais acréscimos foram no IPI, IR e Cota-Parte de Compensações Financeiras. Foi incorporada, ainda, estimativa de despesas primárias de execução obrigatória com pessoal e encargos sociais por parte do governo federal e da edição de medidas provisórias relativas a créditos extraordinários. A previsão do déficit da Previdência Social (RGPS) foi reduzida de R\$ 43,2 bilhões para R\$ 41,0 bilhões como decorrência do aumento de R\$ 1,4 bilhão na receita líquida, em função do incremento esperado da massa salarial nominal, e da redução de R\$ 783,6 milhões nos benefícios em virtude da redução da expectativa de pagamentos de sentenças judiciais de pequeno valor (RPV). Com a alteração do valor nominal do PIB estimado para o exercício, a meta de superávit primário do Governo Federal passou de R\$ 70,5 bilhões (equivalente a 3,35% do PIB), estimada no Decreto anterior, para R\$ 69,2 bilhões (3,30% do PIB), sendo R\$ 52,4 bilhões (2,45% do PIB) para o Governo Central e R\$ 17,9 bilhões (0,85% do PIB) para as Estatais Federais. Para o segundo quadrimestre a meta do Governo Federal é de R\$ 52,2 bilhões, dos quais R\$ 42,9 bilhões para o Governo Central e R\$ 9,3 bilhões para as empresas estatais federais.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

*Até julho, as despesas do Tesouro Nacional perfizeram o equivalente a 10,58% do PIB, superior em 0,72 p.p. em relação a 2005.*

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,58% do PIB, contra 9,86% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 16,5 bilhões (15,5%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (7,7%).

Destacam-se os incrementos de R\$ 10,6 bilhões (19,5% ou 0,55 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital e R\$ 6,0 bilhões (11,4% ou 0,17 ponto percentual do PIB) com pessoal e encargos sociais. Estas continuam representando uma proporção menor das despesas do Tesouro – 47,2% em 2006, contra 48,9% em comparação ao ano anterior, enquanto as despesas com custeio e capital corresponderam, no mesmo período, a 52,5%, contra 50,7% em 2005.

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 2,4 bilhões, dos quais R\$ 757,5 milhões relativos aos precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal. Do incremento observado no Poder Executivo (R\$ 3,5 bilhões), R\$ 1,7 bilhão refere-se ao Ministério da Defesa refletindo, em boa medida, a concessão de abono aos militares das Forças Armadas ao amparo da Lei nº 11.268/2006.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,00% para 5,55% do PIB, registraram o maior crescimento as rubricas “despesas do FAT” (0,13 p.p. do PIB) e “subsídios e subvenções econômicas” (0,09 p.p. do PIB), incluindo-se as despesas com reordenamento de passivos.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,83%</b>	<b>4,99%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,00%</b>	<b>5,55%</b>
Despesas do FAT	0,52%	0,65%
Subsídios e Subvenções /1	0,34%	0,42%
LOAS/RMV	0,47%	0,56%
Outras	3,67%	3,92%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas do FAT atingiram R\$ 7,6 bilhões nos sete primeiros meses de 2006, contra R\$ 5,7 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário-mínimo, mas também da alta rotatividade do emprego – sobretudo nas faixas salariais mais baixas, da adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício, em especial, o pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, bem como da ampliação de número de parcelas do seguro-desemprego, conforme mencionando anteriormente.

Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,4 bilhão (27,8%) em relação ao acumulado até julho de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,0% no período (média contra média).

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2006						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-jul/05	2.130.701		976.885		1.153.817	
média jan-jul/06	2.348.698	10%	1.107.475	13%	1.241.223	8%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,9 bilhões no período de janeiro a julho de 2006, aumento de R\$ 1,3 bilhão, explicado pelo aumento dos gastos com subvenções aos fundos regionais (R\$ 917,7 milhões) e com a capitalização da Empresa Gestora de Ativos – Emgea (R\$ 291,4 milhões).

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se aumento em relação ao ano anterior, com destaque para as despesas com o Programa Sustentação de Preços (R\$ 286,0 milhões), Programa Social de Habitação – PSH (R\$ 159,9 milhões) e Programa de Investimento Rural (R\$ 98,8 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se aumento de R\$ 6,0 bilhões em relação aos sete primeiros meses de 2005. A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 978,8 milhões em 2006, contra R\$ 81,4 milhões em 2005. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 1,1 bilhão.

*As despesas com LOAS/RMV aumentaram 27,8% em 2006. A média dos benefícios emitidos no primeiro semestre é 10% superior à média de igual período do ano anterior.*

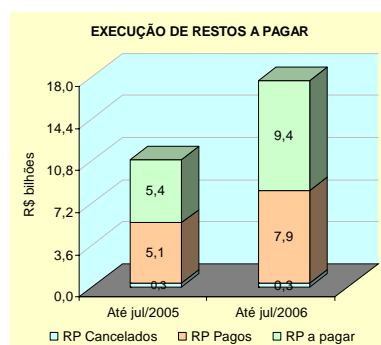
SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006 <sup>2</sup>
<b>Agricultura</b>	<b>1.364,7</b>	<b>1.744,1</b>
Custeio Agropecuário	130,3	102,9
Investimento Rural	205,5	304,3
Preços Agrícolas	410,8	744,0
- EGF	2,1	1,8
- AGF	285,7	333,2
- Sustentação de preços	122,9	409,0
Pronaf	268,8	175,4
Pesa	290,9	253,6
Fundo da Terra/Incrá	58,4	163,3
<b>Outros</b>	<b>515,5</b>	<b>212,2</b>
Habitação (PSH)	118,9	278,8
FND	61,5	-345,1
Exportação (Proex)	335,1	278,6
<b>Total</b>	<b>1.880,3</b>	<b>1.956,3</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
/2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	657,6	918,1
Legislativo/Judiciário	2.146,6	2.442,2
Crédito Extraordinário	256,0	1.326,7
Projeto Piloto de Investimento <sup>3</sup>	81,4	978,8
Outras Obrigatórias <sup>1</sup>	425,9	412,1
Discricionárias <sup>2</sup>	36.132,9	39.598,5
d/q Min. da Saúde	17.714,7	19.396,3
Min. da Educação	3.024,9	3.985,5
Min. da Desen. Social	3.951,2	4.859,7
Min. da Integração Nacional	273,5	577,3
Gab. da Pres. da República	258,5	451,5
Min. da Agric. e do Abastec.	366,6	465,8
Min. dos Transportes	1.009,8	888,1
Min. da Previdência Social	653,8	516,8
Min. da Defesa	2.240,5	1.956,1
Demais	6.629,3	6.501,3
<b>Total</b>	<b>39.700,4</b>	<b>45.676,4</b>

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.  
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.  
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.176, de 20/03/05 (LDO-2006).

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve elevação de R\$ 1,1 bilhão (318,3%) com a execução de créditos extraordinários, e de R\$ 260,5 milhões (39,6%) de sentenças judiciais. Os gastos discricionários cresceram R\$ 3,5 bilhões (9,6%), dos quais R\$ 1,7 bilhão referiu-se ao Ministério da Saúde, R\$ 960,6 milhões ao Ministério da Educação e R\$ 908,5 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social.



O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 7,9 bilhões, equivalente a 45,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 41,6% no mês anterior e 48,8% no mesmo período de 2005. Dos restos a pagar pagos até julho, R\$ 4,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 37,3% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,4 bilhão), Saúde (R\$ 787,2 milhões) e Educação (R\$ 492,1 milhões).

## Previdência Social

Em julho, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,4 bilhões, R\$ 281,1 milhões acima do verificado no mês anterior. Isso decorreu basicamente do aumento de 2,8% nas despesas previdenciárias, compensado apenas em parte pela elevação de 0,8% na arrecadação líquida. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 22,4 bilhões, contra R\$ 19,2 bilhões observados até julho de 2005.

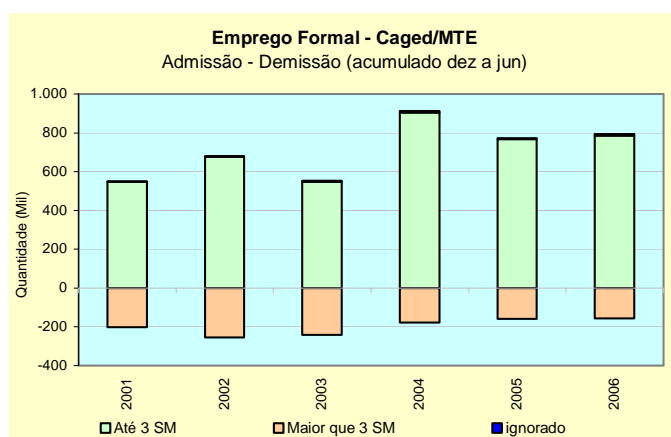
*Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,4 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 22,4 bilhões, equivalentes a 1,92% do PIB.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2005-2006**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN	JUL	JAN-JUL	
	2006	2006	2005	2006
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>	<b>57.503,8</b>	<b>64.959,9</b>
Arrecadação Bruta	10.461,8	10.521,2	61.998,9	70.835,5
- Contribuição Previdenciária	9.545,4	9.640,4	57.851,4	65.138,4
- Simples	673,1	668,4	2.691,1	4.169,1
- CFT	110,3	74,1	387,8	410,0
- Depósitos Judiciais	88,7	73,3	761,6	802,3
- Refis	26,8	48,2	205,7	197,3
- Outras Receitas	17,5	16,8	101,3	118,3
(-) Restituição/Devolução	-27,8	-40,4	-285,5	-224,9
(-) Transferências a Terceiros	-778,5	-746,8	-4.209,6	-5.650,7
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>	<b>76.679,9</b>	<b>87.373,1</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.156,8</b>	<b>-3.437,9</b>	<b>-19.176,1</b>	<b>-22.413,2</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,77%</b>	<b>-1,92%</b>

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu em R\$ 7,5 bilhões (13,0%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, principalmente, a elevação da massa salarial. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada no primeiro semestre de 2006 foi 11,8% superior à do período correspondente em 2005. Além disso, o comportamento do emprego no setor formal afetou positivamente as receitas previdenciárias, provocando um incremento nas contribuições sobre a folha de pagamento. Conforme dados do Caged, foram gerados 637 mil novos empregos entre dezembro e junho de 2006, frente a 614 mil novos postos observados em igual período do ano anterior (crescimento de 3,7%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	57,5	65,0	13,0%
Benefícios	76,7	87,4	13,9%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-19,2</b>	<b>-22,4</b>	<b>16,9%</b>



Durante os sete primeiros meses de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 87,4 bilhões, representando crescimento de R\$ 10,7 bilhões (13,9%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado por dois fatores: i) aumento de 7,8% no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 481,1 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,3	24,0	2,8%
Quantidade RGPS*	20,7	21,1	2,3%
Valor médio Total**	459,9	498,2	8,3%
Valor médio RGPS**	482,9	520,4	7,8%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

O crescimento do número médio de benefícios pagos nos primeiros sete meses de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 459,2 mil aposentadorias (3,6%), 218,0 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,2%) e 155,5 mil pensões por morte (2,7%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2005-2006**

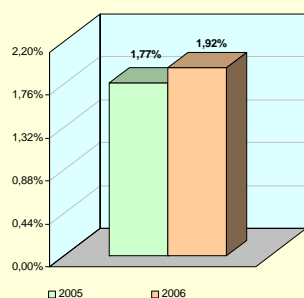
	Em mil benefícios			
	JUN		MÉDIA JAN-JUL	
	2006	2006	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>24.036</b>	<b>24.149</b>	<b>23.342</b>	<b>23.989</b>
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>21.153</b>	<b>21.257</b>	<b>20.651</b>	<b>21.132</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.428</b>	<b>20.530</b>	<b>19.895</b>	<b>20.398</b>
Aposentadorias	13.262	13.289	12.739	13.192
Idade	6.796	6.812	6.520	6.753
Invalidez	2.724	2.729	2.563	2.709
Tempo de contribuição	3.742	3.748	3.656	3.730
Pensão por morte	5.853	5.859	5.673	5.829
Auxílio-Doença	1.239	1.304	1.411	1.304
Salário - maternidade	43	45	44	40
Outros	31	32	28	33
<b>Acidentários</b>	<b>725</b>	<b>727</b>	<b>756</b>	<b>735</b>
Aposentadorias	146	146	139	145
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	92	95	130	103
Auxílio - acidente	269	269	267	268
Auxílio - suplementar	88	88	91	88
<b>Assistenciais</b>	<b>2.875</b>	<b>2.883</b>	<b>2.681</b>	<b>2.847</b>
Amparos Assistenciais - LOAS	2.384	2.398	2.131	2.349
Idoso	1.130	1.138	977	1.107
Portador de deficiência	1.254	1.260	1.154	1.241
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	17
Rendas mensais vitalícias	474	468	534	482
Idade	147	145	173	151
Invalidez	327	323	360	331
<b>Encargos Previdenciários da União (EPU)</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>9</b>

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)

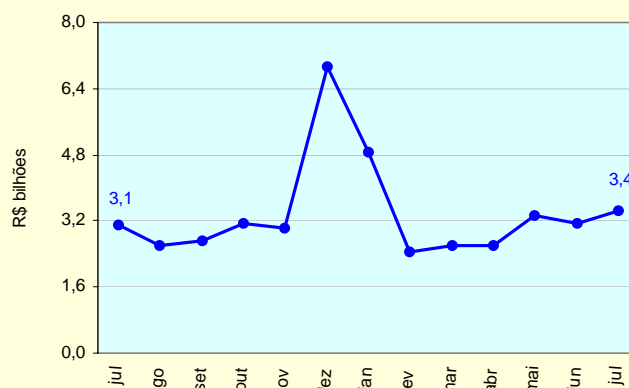
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,32%	5,58%
Benefícios	7,09%	7,50%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,77%</b>	<b>-1,92%</b>

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,26 ponto percentual em relação ao período de janeiro a julho do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,41 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,92% do PIB, sendo assim 0,15 ponto percentual superior a 1,77% do PIB registrado no período correspondente em 2005.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, Jan-Jul (% do PIB)



**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
BRASIL, 2005/2006



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho com saldo de R\$ 520,5 bilhões, inferior ao do mês anterior em R\$ 10,2 bilhões. Essa redução está associada ao resgate líquido da DPMFi, da ordem de R\$ 13,5 bilhões, com destaque para as LTN. Dessa forma, observou-se redução da parcela dos títulos prefixados na composição da DPMFi, em virtude da concentração dos vencimentos desses títulos no início de cada trimestre. Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida permaneceu em 7,0%, manutenção essa explicada pela estabilidade da taxa cambial e pela não ocorrência de pagamentos ou emissões da dívida em moeda estrangeira.

### **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 10,2 bilhões, passando de R\$ 530,7 bilhões, ao final de junho, para R\$ 520,5 bilhões. Em relação ao PIB, essa redução equivalerá a 0,7 ponto percentual. Tal redução esteve localizada no âmbito da Dívida Interna Líquida, ao passo que a Dívida Externa Líquida apresentou pequeno aumento no saldo em moeda nacional, ainda que tenha permanecido estável em proporção do PIB.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2005/2006**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	JUL	JUN	JUL
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>299.442</b>	<b>390.723</b>	<b>379.833</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	906.625	1.014.742	1.012.716
Dívida Contratual da STN	-450.554	-448.870	-456.204
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-156.629	-175.149	-176.680
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>174.002</b>	<b>139.929</b>	<b>140.632</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	142.731	108.906	109.459
Títulos Depositados em Garantia	-3.629	0	0
Dívida Contratual	35.240	31.335	31.502
Disponibilidades	-341	-313	-328
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>473.444</b>	<b>530.652</b>	<b>520.465</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>25,4%</b>	<b>26,4%</b>	<b>25,8%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho em R\$ 520,5 bilhões.*

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 390,7 bilhões, em junho, para R\$ 379,8 bilhões, em julho. Em relação ao PIB acumulado em 12 meses, a redução foi de 0,7 ponto percentual. A dívida mobiliária em mercado reduziu R\$ 2,0 bilhões, resultado dos resgates líquidos, da or-

**Dívida Interna Líquida**

dem de R\$ 13,5 bilhões. Os haveres contratuais líquidos cresceram R\$ 8,9 bilhões, explicado pela variação positiva dos principais indexadores, IGP-DI (0,17%), IGP-M (0,18%) e TR (0,23%).

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2005/2006**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 JUL	2006 JUN	2006 JUL
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>299.442</b>	<b>390.723</b>	<b>379.833</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>906.625</b>	<b>1.014.742</b>	<b>1.012.716</b>
LFT	516.364	423.681	429.437
LTN	198.276	302.729	290.265
NTN-B	37.333	145.719	148.123
NTN-C	75.478	65.688	64.775
NTN-D	5.676	3.850	3.831
Demais	46.902	52.695	53.678
Dívida Securitizada	23.551	16.713	18.887
TDA	3.045	3.668	3.721
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-607.184</b>	<b>-624.020</b>	<b>-632.883</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-450.554	-448.870	-456.204
Dívida Bancária	24.923	24.379	24.326
Lei nº 7.976/89	-6.464	-4.874	-4.136
Lei nº 8.727/93	-48.011	-47.133	-47.092
Lei nº 9.496/97	-249.455	-254.973	-257.106
Renegociação Dívida Municipais	-37.662	-39.002	-39.402
Demais Haveres da STN	-133.885	-127.268	-132.794
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-156.629	-175.149	-176.680
FAT	-112.298	-125.589	-126.469
Demais Entidades	-44.332	-49.560	-50.211
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>48,6%</b>	<b>50,5%</b>	<b>50,1%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-32,6%</b>	<b>-31,1%</b>	<b>-31,3%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-24,2%</b>	<b>-22,3%</b>	<b>-22,6%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>16,1%</b>	<b>19,4%</b>	<b>18,8%</b>

*Em julho, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 379,8 bilhões, correspondendo a 18,8% do PIB.*

## **Emissões e Resgates**

*No mês de julho, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 13,5 bilhões.*

Em julho, houve resgate líquido de títulos da DPMFi da ordem de R\$ 13,5 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. As emissões corresponderam a R\$ 42,8 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 56,3 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 42,5 bilhões, sendo: i) R\$ 24,5 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2007 e janeiro de 2008 e 2009; ii) R\$ 15,2 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2009 e 2011; iii) R\$ 1,4 bilhão em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011 e 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024; e iv) R\$ 1,5 bilhão em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 220,6 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 101,4 milhões em títulos da



dívida agrária, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; ii) R\$ 61,3 milhões em CFT-E1 para o Fies; iii) R\$ 36,0 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas; e iv) R\$ 21,8 milhões em NTN-I para o Proex.

**TABELA 6**  
**EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, JUL/2006**

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSIONES</b>	<b>42.493,2</b>	<b>220,6</b>	<b>94,6</b>	<b>42.808,4</b>
LFT	15.182,8	0,0	14,5	15.197,3
LTN	24.486,1	0,0	46,8	24.532,9
NTN-B	1.363,3	0,0	26,0	1.389,4
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	1.461,0	0,0	7,3	1.468,3
TDA	0,0	101,4	0,0	101,4
Securitizada*	0,0	36,0	0,0	36,0
Demais	0,0	83,1	0,0	83,1
<b>II. RESGATES**</b>	<b>54.854,9</b>	<b>1.391,1</b>	<b>101,4</b>	<b>56.347,4</b>
LFT	12.353,7	522,7	4,6	12.881,0
LTN	40.147,0	310,1	84,1	40.541,2
NTN-B	39,1	0,0	5,8	45,0
NTN-C	1.362,5	35,8	3,9	1.402,2
NTN-D	25,5	53,0	0,0	78,6
NTN-F	927,0	0,0	3,0	930,0
TDA	0,0	50,1	0,0	50,1
Securitizada*	0,0	76,7	0,0	76,7
Demais	0,0	342,6	0,0	342,6
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>-12.361,7</b>	<b>-1.170,5</b>	<b>-6,8</b>	<b>-13.539,0</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

#### Boxe 2 – Tesouro Direto

Em julho, o Tesouro Direto alcançou R\$ 94,6 milhões em vendas, segundo maior volume mensal de vendas desde a implementação do programa em 2002. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 49,5% do montante vendido, seguida pela NTN-B (15,8%) e pela LFT (15,3%).

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 490,0 milhões e 14.470 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.014 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que o número de investidores cadastrados, desde o início do programa, atingiu 63.968 pessoas apresentando aumento de 51,2% em relação ao número de investidores acumulados até julho do ano anterior.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 94,6 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 46,8 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2007, janeiro e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 26,0 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 14,5 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2011; e iv) R\$ 7,3 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em julho, atingiu R\$ 56,35 bilhões, sendo R\$ 56,30 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 41,30 milhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes R\$ 28,37 milhões em NTN-B, R\$ 5,50 milhões em TDA e R\$ 5,29 milhões em NTN-C, todos aceitos nos leilões de NTN-B. Os resgates mais expressivos

foram de LTN, R\$ 40,5 bilhões, tendo a concentração dos vencimentos deste título no início de cada trimestre.

### Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em julho, o Tesouro Nacional realizou leilão de NTN-B, títulos remunerados pelo IPCA, no qual foi emitido R\$ 1,4 bilhão. No leilão realizado nos dias 25 e 26 de julho, com liquidação financeira no dia 27 de julho, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 10,00% a.a., 10,00% a.a., 9,70% a.a., 8,30% a.a., 8,30% a.a. e 8,26% a.a., respectivamente. Ressalta-se que o título mais vendido foi a NTN-B com vencimento em 2015, representando 39,8% (R\$ 542,2 milhões) do total vendido. Do montante total emitido, 97,3% (R\$ 1,3 bilhão) foram recebidos em dinheiro e 2,7% (R\$ 36,4 milhões) foram recebidos em troca por outros títulos.

## Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução de 1,07 ponto percentual na participação de títulos com rentabilidade prefixada, em virtude da concentração de vencimentos de LTN no início de cada trimestre. Em contrapartida, houve aumento de 0,64 ponto percentual na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic, em virtude da emissão líquida de LFT. As participações dos títulos remunerados por outros indexadores não apresentaram variações significativas.

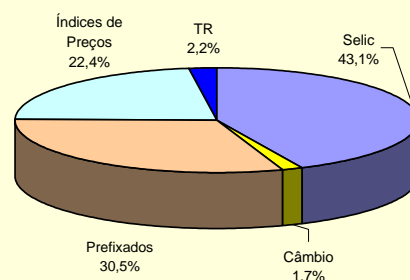
*Os títulos prefixados tiveram sua participação reduzida em 1,07 ponto percentual, em virtude da concentração de vencimentos de LTN no início de cada trimestre.*

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\***  
**BRASIL, 2005/2006**

INDEXADOR	2006 (%)		
	JUL	JUN	JUL
Selic	58,31	42,49	43,13
Câmbio	2,26	1,68	1,69
Prefixados	22,75	31,59	30,52
Índices de Preços	14,23	22,22	22,42
TR	2,45	2,01	2,24

\* Não inclui dívida agrícola.

**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JUL/2006**



## Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 13,27% a.a. em junho, para 14,90% a.a. em julho, devido à: i) depreciação do real frente ao dólar americano de 0,55%, em julho, contra apreciação de 5,92% , em junho, aumentando o custo anualizado da NTN-D; e ii) maior variação do IPCA (0,19%, em julho, contra -0,21%, em junho), aumentando os custos da NTN-B em 5,27 pontos percentuais. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da

DPMFi também aumentou, passando de 14,88% a.a., em junho, para 14,91% a.a., em julho, em virtude do citado aumento do IPCA.

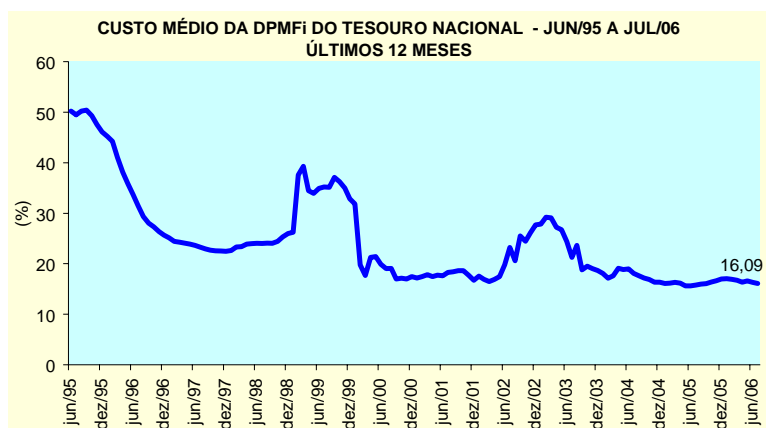
**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO**  
**TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2005/2006**

		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
<b>2005</b>	Jul	17,19	17,50
	Ago	16,95	16,39
	Set	17,17	15,08
	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
<b>2006</b>	Dez	17,09	18,44
	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
Jul	14,91	14,90	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*O custo médio anualizado da DPMFi passou de 13,27% em junho para 14,90% em julho, reflexo do aumento do IPCA e da depreciação do real frente ao dólar.*

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu de 16,31% a.a., em junho, para 16,09% a.a., em julho, em virtude da menor depreciação do real frente ao dólar (0,55%, em julho de 2006, contra 1,71%, em julho de 2005) e da redução da taxa Selic (1,17%, em julho de 2006, contra 1,51% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado em doze meses atingiu 16,09% a.a. em julho, apresentando redução de 0,22 ponto percentual em relação ao mês anterior.*

## Prazo Médio

*Em comparação a junho, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,74 mês.*

Em julho, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,74 mês, passando de 29,38 meses para 30,12 meses, em virtude dos resgates líquidos de LTN (R\$ 16,0 bilhões) e de NTN-C (R\$ 1,4 bilhão) que resultaram no aumento do prazo médio desses títulos em 0,94 mês e 0,71 mês, respectivamente. A emissão de LFT (R\$ 15,2 bilhões) com prazo de 41,28 meses, superior ao prazo médio de estoque desses títulos em junho (19,60 meses), também contribuiu para esse aumento. A vida média também teve variação positiva, passando de 44,43 meses, em junho, para 45,07, em julho.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
BRASIL, 2005/2006

TÍTULOS	Meses		
	2005		2006
	JUL	JUN	JUL
LTN	8,67	9,37	10,31
LFT	18,24	19,60	19,99
NTN-B	84,79	57,47	56,60
NTN-C	70,95	78,51	79,22
NTN-D	15,52	9,24	8,38
TDA	63,46	59,58	59,51
Divida Securitizada*	79,23	84,16	85,03
Demais	88,23	75,51	75,46
<b>TOTAL</b>	<b>27,81</b>	<b>29,38</b>	<b>30,12</b>

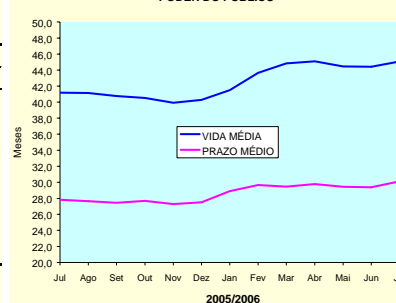
(\*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2005	Jul	41,19	27,81
	Ago	41,13	27,65
	Set	40,75	27,46
	Out	40,52	27,67
	Nov	39,93	27,28
2006	Dez	40,28	27,49
	Jan	41,50	28,89
	Fev	43,67	29,67
	Mar	44,83	29,45
	Abr	45,09	29,79
	Mai	44,46	29,44
	Jun	44,43	29,38
Jul	45,07	30,12	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**



## Dívida Externa Líquida

*A dívida externa líquida encerrou o mês de julho em 7,0% do PIB, mesmo nível do mês anterior. Tal comportamento é explicado pela inexistência de emissões ou resgates no período.*

Em julho, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês em R\$ 140,6 bilhões, apresentando pequena elevação frente a junho (0,50%), devido à já citada desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar americano. O saldo da dívida líquida em dólar encerrou o mês em US\$ 64,6 bilhões, inferior em US\$ 30,3 milhões ao verificado no final de junho. Essa pequena redução está associada à recomodação do saldo em dólar da dívida referenciada em outras moedas, uma vez que não ocorreu amortização de obrigações no mês.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005 JUL	2006 JUN JUL	
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>142.731</b>	<b>108.906</b>	<b>109.459</b>
Bônus de Renegociação	32.119	503	505
Bônus de Captação	110.612	108.404	108.953
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>35.240</b>	<b>31.335</b>	<b>31.502</b>
Organismos Multilaterais	21.554	23.929	24.071
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.501	7.407	7.431
Clube de Paris	6.185	0	0
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>177.972</b>	<b>140.241</b>	<b>140.961</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.629</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-341</b>	<b>-313</b>	<b>-328</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>174.002</b>	<b>139.929</b>	<b>140.632</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>9,3%</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,0%</b>

O serviço da DPFe, em julho, totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1,4 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 0,1 bilhão ao pagamento de principal da dívida contratual junto a organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, JUL/2006**

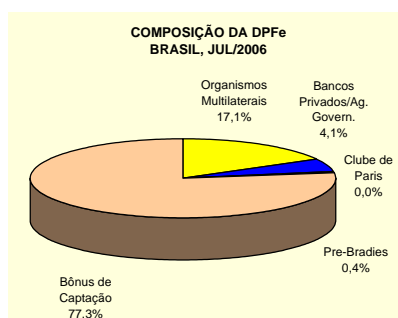
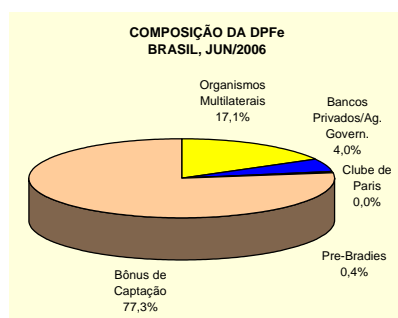
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>93,5</b>	<b>1.452,9</b>	<b>1.546,4</b>
I.1. Organismos Multilaterais	69,3	48,8	118,1
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	24,2	8,7	32,9
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	<b>0,0</b>	<b>1.395,3</b>	<b>1.395,3</b>
A-Bond	0,0	398,7	398,7
Eurolibra 2007	0,0	61,0	61,0
Global 2007	0,0	184,7	184,7
Global 2012	0,0	144,4	144,4
Global 2014	0,0	135,0	135,0
Global 2020	0,0	108,4	108,4
Global 2034	0,0	244,4	244,4
Global 2037	0,0	118,7	118,7

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,5 bilhão no mês.*

Em julho, não houve alteração percentual da participação dos principais credores da DPFe, tendo em vista o reduzido valor das despesas com amortização da dívida e a não emissão de novos bônus.

## Composição



*Em julho, não houve alteração na composição da DPFe por credores, em função do reduzido valor das despesas com amortização e ausência de emissão no mês.*

O prazo médio da dívida mobiliária externa não teve variação em relação a junho, permanecendo em 6,82 anos, devido ao fato de que o elevado pagamento de juros levou ao alongamento do prazo dos títulos que pagaram cupom neste mês, compensando a redução esperada do prazo médio devido à

## Prazo e Custo Médio

aproximação das datas de vencimento dos títulos. A vida média, por sua vez, apresentou redução inercial, passando de 13,80 anos, em junho, para 13,72 anos, em julho, basicamente em virtude da aproximação da data de vencimento em um mês. O custo médio, em dólares, manteve-se constante em relação a junho, no patamar de 9,70% a.a.

*Em julho, o prazo médio e o custo médio da DPMFe mantiveram-se constante, em 6,82 anos e 9,70% a.a., respectivamente.*

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2005/2006**

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	
	JUL	JUN	JUL
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,80</b>	<b>6,82</b>	<b>6,82</b>
Bônus de Renegociação	5,06	3,25	3,17
Bônus de Captação	6,02	6,84	6,84
Globais	6,76	7,64	7,66
Euros	3,35	3,63	3,55
Demais	1,51	1,00	0,92
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>12,08</b>	<b>13,80</b>	<b>13,72</b>
Bônus de Renegociação	9,56	7,21	7,12
Bônus de Captação	12,81	13,83	13,75
Globais	14,91	15,99	15,91
Euros	5,21	4,78	4,70
Demais	1,61	1,02	0,94
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>9,21</b>	<b>9,70</b>	<b>9,70</b>
Bônus de Renegociação	6,06	6,00	6,00
Bônus de Captação	10,13	9,71	9,71
Globais	10,41	9,83	9,83
Euros	9,91	9,75	9,75
Demais	5,85	6,59	6,59

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Julho 2005/2006

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Julho 2005/2006

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>40.193,2</b>	<b>39.248,5</b>	<b>36.722,7</b>	<b>41.439,6</b>	<b>39.810,6</b>	<b>55.817,9</b>	<b>45.552,7</b>	<b>38.580,9</b>	<b>41.454,8</b>	<b>48.903,5</b>	<b>42.325,3</b>	<b>44.372,6</b>	<b>44.829,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>31.604,4</b>	<b>30.212,9</b>	<b>27.864,4</b>	<b>32.627,2</b>	<b>30.660,0</b>	<b>40.231,3</b>	<b>37.276,2</b>	<b>29.132,5</b>	<b>32.110,6</b>	<b>39.502,4</b>	<b>32.633,5</b>	<b>34.590,3</b>	<b>34.969,2</b>
I.1.1. Receita Bruta	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8
- Impostos	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0
- Contribuições	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2
- Demais (1)	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7
I.1.2. (-) Restituições	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>8.474,5</b>	<b>8.952,4</b>	<b>8.748,2</b>	<b>8.699,0</b>	<b>9.044,1</b>	<b>15.486,6</b>	<b>8.203,7</b>	<b>9.318,6</b>	<b>9.193,9</b>	<b>9.280,9</b>	<b>9.573,3</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>114,3</b>	<b>83,3</b>	<b>110,1</b>	<b>113,3</b>	<b>106,5</b>	<b>100,0</b>	<b>72,8</b>	<b>129,8</b>	<b>150,3</b>	<b>120,2</b>	<b>118,5</b>	<b>126,8</b>	<b>126,2</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>6.463,2</b>	<b>6.751,1</b>	<b>5.401,6</b>	<b>6.330,7</b>	<b>8.216,6</b>	<b>9.266,7</b>	<b>8.434,3</b>	<b>7.274,0</b>	<b>6.363,0</b>	<b>7.058,2</b>	<b>8.673,4</b>	<b>7.924,1</b>	<b>7.429,9</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0
II.4. Demais	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>33.730,0</b>	<b>32.497,5</b>	<b>31.321,0</b>	<b>35.108,9</b>	<b>31.593,9</b>	<b>46.551,2</b>	<b>37.118,4</b>	<b>31.306,9</b>	<b>35.091,8</b>	<b>41.845,3</b>	<b>33.651,8</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>28.972,6</b>	<b>28.715,7</b>	<b>28.534,1</b>	<b>29.255,7</b>	<b>30.315,9</b>	<b>50.560,4</b>	<b>33.097,3</b>	<b>27.732,3</b>	<b>27.831,6</b>	<b>27.119,3</b>	<b>30.708,0</b>	<b>30.532,9</b>	<b>34.467,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>8.617,9</b>	<b>7.031,6</b>	<b>7.134,2</b>	<b>6.858,8</b>	<b>8.110,2</b>	<b>10.894,7</b>	<b>10.023,7</b>	<b>8.078,1</b>	<b>7.926,2</b>	<b>7.250,8</b>	<b>7.463,2</b>	<b>7.801,3</b>	<b>9.605,9</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>11.561,3</b>	<b>11.560,7</b>	<b>11.461,3</b>	<b>11.836,4</b>	<b>12.071,4</b>	<b>22.400,5</b>	<b>13.047,8</b>	<b>11.759,4</b>	<b>11.806,3</b>	<b>11.890,6</b>	<b>12.884,8</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>8.616,0</b>	<b>9.801,0</b>	<b>9.765,0</b>	<b>10.365,5</b>	<b>10.000,8</b>	<b>17.079,3</b>	<b>9.935,3</b>	<b>7.719,9</b>	<b>7.897,3</b>	<b>7.777,3</b>	<b>10.173,8</b>	<b>9.666,4</b>	<b>11.501,9</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	519,4	823,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.959,5	6.887,4	6.660,8	6.915,6	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,6	7.509,8	6.870,7	7.791,8
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>49,3</b>	<b>22,7</b>	<b>53,7</b>	<b>55,9</b>	<b>15,9</b>	<b>34,5</b>	<b>1,5</b>	<b>67,0</b>	<b>55,9</b>	<b>63,7</b>	<b>56,3</b>	<b>53,0</b>	<b>57,0</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>128,1</b>	<b>299,8</b>	<b>120,0</b>	<b>139,2</b>	<b>117,5</b>	<b>151,5</b>	<b>89,0</b>	<b>107,9</b>	<b>145,9</b>	<b>137,0</b>	<b>130,0</b>	<b>199,8</b>	<b>131,2</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>4.757,4</b>	<b>3.781,7</b>	<b>2.786,9</b>	<b>5.853,2</b>	<b>1.278,0</b>	<b>-4.009,2</b>	<b>4.021,1</b>	<b>3.574,6</b>	<b>7.260,2</b>	<b>14.726,0</b>	<b>2.943,8</b>	<b>5.915,6</b>	<b>2.931,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	7.858,0	6.606,5	5.509,9	9.016,4	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.145,5	6.374,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9
V.3. Banco Central (6)	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)</b>	<b>331,2</b>	<b>435,0</b>	<b>209,0</b>	<b>154,0</b>	<b>110,4</b>	<b>0,0</b>	<b>234,7</b>	<b>161,7</b>	<b>350,3</b>	<b>179,3</b>	<b>280,7</b>	<b>259,6</b>	<b>258,6</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>526,2</b>	<b>291,7</b>	<b>-66,1</b>	<b>314,7</b>	<b>-1.042,3</b>	<b>-381,4</b>	<b>-945,3</b>	<b>-465,0</b>	<b>-1.996,1</b>	<b>1.406,6</b>	<b>-78,8</b>	<b>701,9</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>5.614,8</b>	<b>4.508,5</b>	<b>2.929,8</b>	<b>6.321,9</b>	<b>346,1</b>	<b>-4.390,6</b>	<b>3.310,5</b>	<b>3.271,3</b>	<b>5.614,5</b>	<b>16.311,9</b>	<b>3.145,7</b>	<b>6.877,2</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS (8)</b>	<b>-11.733,1</b>	<b>-12.024,2</b>	<b>-13.282,8</b>	<b>-11.479,2</b>	<b>-9.183,6</b>	<b>-8.855,6</b>	<b>-14.853,2</b>	<b>-9.075,5</b>	<b>-11.395,8</b>	<b>-11.892,0</b>	<b>-6.633,7</b>	<b>-13.196,2</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>-6.118,3</b>	<b>-7.515,8</b>	<b>-10.353,0</b>	<b>-5.157,3</b>	<b>-8.837,6</b>	<b>-13.246,2</b>	<b>-11.542,7</b>	<b>-5.804,2</b>	<b>-5.781,3</b>	<b>4.419,9</b>	<b>-3.487,9</b>	<b>-6.319,1</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS (1)	453,6	460,4	504,9	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2
RMV (4)	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>38.322,5</b>	<b>41.315,0</b>	<b>38.691,3</b>	<b>38.160,8</b>	<b>44.240,0</b>	<b>62.315,5</b>	<b>33.810,8</b>	<b>42.099,5</b>	<b>41.712,1</b>	<b>41.830,1</b>	<b>47.219,4</b>	<b>46.993,6</b>	<b>43.975,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	289,3
I.5 - Receita do Salário Educação	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2	9.754,3	9.368,5	10.991,3	10.344,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6
<b>II. DESPESAS</b>	<b>45.089,0</b>	<b>39.058,8</b>	<b>42.664,6</b>	<b>42.385,6</b>	<b>50.038,4</b>	<b>56.790,7</b>	<b>48.187,2</b>	<b>39.881,2</b>	<b>37.319,4</b>	<b>47.111,0</b>	<b>47.446,7</b>	<b>49.235,2</b>	<b>54.467,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>7.766,1</b>	<b>8.274,0</b>	<b>6.647,5</b>	<b>7.730,6</b>	<b>10.119,2</b>	<b>10.288,4</b>	<b>10.599,4</b>	<b>7.925,4</b>	<b>6.735,9</b>	<b>10.202,4</b>	<b>10.106,3</b>	<b>9.688,1</b>	<b>8.696,7</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>37.323,0</b>	<b>30.784,8</b>	<b>36.017,1</b>	<b>34.655,0</b>	<b>39.919,2</b>	<b>46.502,3</b>	<b>37.587,8</b>	<b>31.955,7</b>	<b>30.583,5</b>	<b>36.908,5</b>	<b>37.340,3</b>	<b>39.547,1</b>	<b>45.770,9</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,8	8.228,0	8.251,4	7.580,5	8.080,6	10.268,4	8.418,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3
i) Dívida Contratual Interna	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5
ii) Dívida Contratual Externa	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.457,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,4	6.600,6	5.831,2	6.659,1	6.632,6	7.836,9	8.596,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-6.766,6</b>	<b>2.256,2</b>	<b>-3.973,3</b>	<b>-4.224,8</b>	<b>-5.798,4</b>	<b>5.524,8</b>	<b>-14.376,4</b>	<b>2.218,3</b>	<b>4.392,7</b>	<b>-5.280,9</b>	<b>-227,3</b>	<b>-2.241,6</b>	<b>-10.492,4</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>45.796,9</b>	<b>27.870,1</b>	<b>39.005,8</b>	<b>35.339,3</b>	<b>39.448,4</b>	<b>27.466,6</b>	<b>51.235,8</b>	<b>30.904,7</b>	<b>17.576,8</b>	<b>18.086,6</b>	<b>19.593,2</b>	<b>36.752,3</b>	<b>43.352,2</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9
<b>V. DESPESAS</b>	<b>41.200,8</b>	<b>30.959,9</b>	<b>30.072,0</b>	<b>31.313,0</b>	<b>18.316,2</b>	<b>18.022,1</b>	<b>40.953,0</b>	<b>15.575,9</b>	<b>15.370,0</b>	<b>48.384,4</b>	<b>26.146,8</b>	<b>25.607,1</b>	<b>48.117,1</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8
V.1.2 - Dívida Contratual	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>5.928,9</b>	<b>-540,6</b>	<b>12.163,0</b>	<b>3.796,8</b>	<b>20.737,2</b>	<b>11.493,0</b>	<b>14.034,5</b>	<b>19.489,8</b>	<b>4.601,8</b>	<b>-16.414,0</b>	<b>-7.434,3</b>	<b>12.126,2</b>	<b>-1.088,5</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.026,8</b>	<b>-35.299,1</b>	<b>2.307,9</b>	<b>2.453,6</b>	<b>3.160,9</b>	<b>-13.147,4</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.187,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>-4.832,2</b>	<b>-1.710,5</b>	<b>8.728,9</b>	<b>-3.197,7</b>	<b>12.307,1</b>	<b>-20.329,7</b>	<b>-1.785,7</b>	<b>20.000,8</b>	<b>9.760,2</b>	<b>-48.726,1</b>	<b>-28.810,2</b>	<b>36.560,7</b>	<b>-25.445,1</b>

**TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	<b>Jul/2005</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul/2006</b>
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>27.436,6</b>	<b>15.723,2</b>	<b>11.268,4</b>	<b>28.818,7</b>	<b>5.373,2</b>	<b>12.200,9</b>	<b>2.687,9</b>	<b>7.353,6</b>	<b>3.760,9</b>	<b>14.849,6</b>	<b>8.268,6</b>	<b>41.240,1</b>	<b>20.042,2</b>
I.1. Emissão de Títulos	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	136,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>30.098,3</b>	<b>16.600,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>31.818,0</b>	<b>8.400,0</b>	<b>47.500,0</b>	<b>380,0</b>	<b>4.900,0</b>	<b>600,0</b>	<b>27.997,1</b>	<b>30.297,9</b>	<b>13.583,0</b>	<b>30.230,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2
II.2. Encargos da DPMF	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-2.661,8</b>	<b>-876,8</b>	<b>3.768,4</b>	<b>-2.999,2</b>	<b>-3.026,8</b>	<b>-35.299,1</b>	<b>2.307,9</b>	<b>2.453,6</b>	<b>3.160,9</b>	<b>-13.147,4</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.187,8</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (\*)**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	<b>20,9</b>	<b>1,5</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>15,6</b>	<b>54,1</b>	<b>16,5</b>	<b>17,4</b>	<b>0,0</b>	<b>25,9</b>	<b>10,6</b>	<b>16,2</b>	<b>16,3</b>
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	<b>177,9</b>	<b>57,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>4,2</b>	<b>0,3</b>	<b>106,9</b>	<b>193,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>3,5</b>
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	<b>29,0</b>	<b>-49,8</b>	<b>75,6</b>	<b>215,5</b>	<b>154,4</b>	<b>291,4</b>	<b>84,9</b>	<b>50,9</b>	<b>54,6</b>	<b>100,8</b>	<b>198,0</b>	<b>60,6</b>	<b>194,1</b>
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2
<b>IV. PRONAF</b>	<b>156,5</b>	<b>61,1</b>	<b>251,9</b>	<b>-14,6</b>	<b>27,2</b>	<b>219,6</b>	<b>41,2</b>	<b>23,8</b>	<b>-194,0</b>	<b>41,8</b>	<b>86,6</b>	<b>41,3</b>	<b>134,8</b>
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2
<b>V. PROEX</b>	<b>33,0</b>	<b>25,6</b>	<b>55,5</b>	<b>48,8</b>	<b>76,6</b>	<b>124,2</b>	<b>-33,3</b>	<b>24,5</b>	<b>-12,4</b>	<b>-33,6</b>	<b>22,7</b>	<b>91,0</b>	<b>219,6</b>
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)</b>	<b>12,0</b>	<b>28,1</b>	<b>404,4</b>	<b>92,4</b>	<b>17,9</b>	<b>295,7</b>	<b>78,4</b>	<b>26,8</b>	<b>7,0</b>	<b>19,2</b>	<b>11,7</b>	<b>90,3</b>	<b>20,2</b>
<b>VII. CACAU</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	<b>2,5</b>	<b>26,9</b>	<b>20,1</b>	<b>90,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,0</b>	<b>3,4</b>	<b>0,0</b>	<b>142,4</b>	<b>82,6</b>	<b>47,3</b>
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>884,4</b>	<b>11,6</b>	<b>1.803,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)</b>	<b>9,5</b>	<b>97,3</b>	<b>62,3</b>	<b>107,9</b>	<b>81,7</b>	<b>137,5</b>	<b>-1,2</b>	<b>50,7</b>	<b>31,3</b>	<b>2,2</b>	<b>0,1</b>	<b>21,4</b>	<b>58,7</b>
<b>XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)</b>	<b>-53,8</b>	<b>-39,9</b>	<b>-41,0</b>	<b>-53,6</b>	<b>-40,3</b>	<b>95,8</b>	<b>-51,6</b>	<b>-40,0</b>	<b>-37,7</b>	<b>-58,4</b>	<b>-52,8</b>	<b>-51,3</b>	<b>-53,4</b>
<b>XII. TOTAL</b>	<b>387,5</b>	<b>208,2</b>	<b>830,6</b>	<b>1.372,9</b>	<b>349,0</b>	<b>3.023,0</b>	<b>241,8</b>	<b>351,3</b>	<b>-147,8</b>	<b>98,0</b>	<b>419,6</b>	<b>352,3</b>	<b>641,2</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>299.441,7</b>	<b>304.526,4</b>	<b>321.575,7</b>	<b>321.771,8</b>	<b>347.711,5</b>	<b>368.645,6</b>	<b>362.134,6</b>	<b>390.458,7</b>	<b>401.564,4</b>	<b>377.492,0</b>	<b>377.139,0</b>	<b>390.722,9</b>	<b>379.833,1</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4
Dívida Bancária	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5
INSS	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4
Lei 7.976/89	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1
Bônus Renegociação	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5
Lei 8.727/93	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7
Lei 9.496/97	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2
Recebíveis das Estatais	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5	-36.194,2	-35.196,4	-35.060,5	-37.577,7
Outros	-44.095,2	-43.759,7	-43.208,4	-43.150,1	-43.557,2	-43.684,0	-43.573,1	-43.145,0	-43.045,2	-42.836,8	-42.052,8	-42.070,5	-42.256,0
Fat	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2
Demais Entidades	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.559,7	-50.210,6
Créditos das Operações Oficiais	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0
Arrecadação a Recolher	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-10.990,2
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>	<b>173.792,1</b>	<b>162.657,8</b>	<b>152.210,1</b>	<b>151.723,0</b>	<b>135.713,5</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>
Dívida Mobiliária	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9
Títulos Depositados em Garantias	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8
Disponibilidades	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>473.443,5</b>	<b>478.042,1</b>	<b>489.639,0</b>	<b>488.089,9</b>	<b>510.988,9</b>	<b>542.437,7</b>	<b>524.792,3</b>	<b>542.668,9</b>	<b>553.287,4</b>	<b>513.205,5</b>	<b>529.211,8</b>	<b>530.651,7</b>	<b>520.465,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,9%</b>	<b>25,6%</b>	<b>26,6%</b>	<b>28,0%</b>	<b>26,9%</b>	<b>27,6%</b>	<b>28,0%</b>	<b>25,8%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,4%</b>	<b>25,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>142.731,4</b>	<b>142.485,5</b>	<b>139.016,0</b>	<b>136.989,7</b>	<b>134.926,1</b>	<b>144.155,9</b>	<b>134.383,7</b>	<b>126.618,2</b>	<b>126.066,1</b>	<b>108.177,7</b>	<b>119.587,7</b>	<b>108.906,2</b>	<b>109.458,9</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>32.119,3</b>	<b>21.098,8</b>	<b>19.801,3</b>	<b>16.222,4</b>	<b>15.882,0</b>	<b>16.844,2</b>	<b>15.796,1</b>	<b>14.834,8</b>	<b>14.535,2</b>	<b>485,3</b>	<b>534,3</b>	<b>502,7</b>	<b>505,5</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5
Par Bond (PB)	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,1	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>110.612,1</b>	<b>121.386,6</b>	<b>119.214,7</b>	<b>120.767,2</b>	<b>119.044,0</b>	<b>127.311,7</b>	<b>118.587,5</b>	<b>111.783,4</b>	<b>111.530,9</b>	<b>107.692,4</b>	<b>119.053,4</b>	<b>108.403,5</b>	<b>108.953,5</b>
A-Bond	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6
Euro 2006	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0
Euro 2007	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7
Euro 2009	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9
Euro 2010	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3
Euro 2011	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4
Euro 2012	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4
Euro 2015	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7
Eurolibra 2007	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9
Euroliira 2017	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1
Global 2006	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1
Global 2008	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4
Global 2009	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	4.282,7	4.961,6	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.468,0	3.488,0
Global 2010	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7
Global 2011	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0
Global 2012	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8
Global 2013	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5
Global 2014	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0
Global 2015	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0
Global 2019	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3
Global 2020	2.990,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4
Global 2024	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4
Global 2025	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5
Global 2027	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5
Global 2030	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2
Global 2034	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0
Global 2037	-	-	-	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	-
Global 2040	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3
Global BRL 2016	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9
Marco Alemão 2008	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4
Samurai 2006	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.629,2</b>	<b>-3.723,4</b>	<b>-3.289,1</b>	<b>-3.254,6</b>	<b>-3.210,7</b>	<b>-3.524,8</b>	<b>-3.291,8</b>	<b>-3.209,5</b>	<b>-3.030,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>35.240,4</b>	<b>35.094,3</b>	<b>32.665,9</b>	<b>32.932,0</b>	<b>32.016,8</b>	<b>33.472,7</b>	<b>31.888,8</b>	<b>29.145,3</b>	<b>28.995,2</b>	<b>27.855,7</b>	<b>32.854,9</b>	<b>31.335,2</b>	<b>31.501,8</b>
<b>IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>	<b>-311,7</b>	<b>-323,0</b>	<b>-343,9</b>	<b>-308,0</b>	<b>-319,9</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>174.001,8</b>	<b>173.515,6</b>	<b>168.063,3</b>	<b>166.318,2</b>	<b>163.277,4</b>	<b>173.792,1</b>	<b>162.657,8</b>	<b>152.210,1</b>	<b>151.723,0</b>	<b>135.713,5</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>8,7%</b>	<b>8,5%</b>	<b>9,0%</b>	<b>8,3%</b>	<b>7,7%</b>	<b>7,7%</b>	<b>6,8%</b>	<b>7,6%</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>DIVIDA MOBILIARIA TOTAL</b>	<b>1.211.797,7</b>	<b>1.216.689,7</b>	<b>1.233.347,3</b>	<b>1.240.924,8</b>	<b>1.268.769,5</b>	<b>1.256.713,1</b>	<b>1.277.259,7</b>	<b>1.306.117,6</b>	<b>1.320.442,6</b>	<b>1.290.097,5</b>	<b>1.265.730,9</b>	<b>1.310.777,0</b>	<b>1.299.896,0</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>906.625,4</b>	<b>910.879,9</b>	<b>924.596,5</b>	<b>930.355,7</b>	<b>956.421,2</b>	<b>976.439,1</b>	<b>982.866,4</b>	<b>1.009.078,9</b>	<b>1.019.526,7</b>	<b>1.002.197,1</b>	<b>997.516,6</b>	<b>1.014.742,4</b>	<b>1.012.716,4</b>
Dívida Securitizada	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9
TDA	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7
LTN	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9
LFT	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7
LFT-A	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1
LFT-B	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5
NTN-A	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5
NTN-B	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0
NTN-C	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5
NTN-D	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3
NTN-F	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3
NTN-I	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6
NTN-P	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0
CFT-A	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1
CFT-D	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2
Demais	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>305.172,3</b>	<b>305.809,8</b>	<b>308.750,8</b>	<b>310.569,1</b>	<b>312.348,3</b>	<b>280.274,0</b>	<b>294.393,4</b>	<b>297.038,7</b>	<b>300.915,9</b>	<b>287.900,4</b>	<b>268.214,3</b>	<b>296.034,6</b>	<b>287.179,6</b>
LTN	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6
LFT	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5
NTN-D	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2
Demais	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>48,6%</b>	<b>48,5%</b>	<b>48,8%</b>	<b>48,7%</b>	<b>49,7%</b>	<b>50,4%</b>	<b>50,4%</b>	<b>51,4%</b>	<b>51,5%</b>	<b>50,4%</b>	<b>49,9%</b>	<b>50,5%</b>	<b>50,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Jul/2005	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2006
<b>I. INTERNA</b>	<b>-156.629,5</b>	<b>-158.044,2</b>	<b>-159.199,3</b>	<b>-159.472,0</b>	<b>-161.358,6</b>	<b>-163.959,7</b>	<b>-167.282,0</b>	<b>-167.148,9</b>	<b>-167.365,5</b>	<b>-170.489,3</b>	<b>-171.722,1</b>	<b>-175.149,1</b>	<b>-176.679,8</b>
Dívida contratual	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5
FAT	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2
Aplicações financeiras	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5
Fundos Regionais	-26.662,6	-27.043,1	-27.280,4	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.834,2	-30.834,2
Demais	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-340,8</b>	<b>-340,8</b>	<b>-329,6</b>	<b>-348,9</b>	<b>-454,9</b>	<b>-311,7</b>	<b>-323,0</b>	<b>-343,9</b>	<b>-308,0</b>	<b>-319,9</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>
Disponibilidades	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-156.970,2</b>	<b>-158.384,9</b>	<b>-159.528,9</b>	<b>-159.820,8</b>	<b>-161.813,5</b>	<b>-164.271,4</b>	<b>-167.604,9</b>	<b>-167.492,8</b>	<b>-167.673,5</b>	<b>-170.809,2</b>	<b>-172.091,9</b>	<b>-175.461,7</b>	<b>-177.008,2</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,4%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-8,8%</b>

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração



**TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2005/2006 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.014.236,9	402.501,8	217.269,7	201.951,7	32.658,9	973.265,1	641.853,1	441.653,6	290.960,2	286.031,5	118.923,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	1.747,8	911,2	906,9	14,4	2.195,8	2.074,0	1.284,2	1.229,2	1.226,4	37,8
Advocacia-Geral da União	89.808,2	61.028,1	33.427,8	32.997,4	5.045,6	77.288,3	73.883,0	62.067,9	40.059,0	36.660,2	12.674,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	811.858,7	429.097,5	270.107,2	248.631,0	74.349,4	781.617,5	656.660,5	331.375,7	279.377,4	252.522,6	74.257,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.537.108,5	1.425.666,0	850.922,9	655.954,2	279.078,7	2.304.095,0	1.943.298,9	969.737,1	709.033,6	654.452,7	242.493,1
Ministério da Fazenda	1.881.219,6	1.263.846,4	822.261,1	755.496,2	50.650,0	1.947.222,7	1.688.359,0	904.122,5	761.312,6	757.234,6	52.375,8
Ministério da Educação	6.960.204,1	4.119.548,4	2.476.668,2	2.240.768,3	797.108,4	6.882.687,3	6.770.322,8	3.897.623,3	2.868.806,9	2.730.398,6	789.590,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	485.323,2	269.919,1	184.132,3	180.853,7	15.890,5	450.885,2	367.187,0	246.166,1	213.435,0	212.856,0	16.907,1
Ministério da Justiça	1.049.006,1	457.915,0	327.324,2	318.704,6	93.671,9	858.760,5	727.093,0	441.014,5	330.011,8	324.692,6	127.647,6
Ministério de Minas e Energia	711.504,2	220.994,2	146.096,9	143.167,8	18.751,9	517.940,5	404.986,0	185.964,6	131.032,7	126.465,5	26.245,1
Ministério da Previdência Social	1.335.373,9	743.084,9	531.921,5	472.837,0	191.337,7	877.818,6	758.345,8	521.536,9	430.674,9	419.263,7	98.076,9
Ministério das Relações Exteriores	874.162,5	434.623,4	325.882,4	324.983,2	82.983,9	880.975,7	694.826,7	339.737,0	323.972,9	323.211,0	86.625,6
Ministério da Saúde	30.071.752,1	22.268.537,9	16.901.668,3	15.911.649,3	1.278.675,8	33.405.746,8	32.451.438,4	21.079.701,8	17.317.248,4	17.228.656,3	1.208.644,7
Ministério do Trabalho e Emprego	788.798,6	384.947,9	223.714,3	216.190,3	31.916,2	782.789,7	449.485,3	312.352,4	203.918,8	203.228,4	81.207,6
Ministério dos Transportes	689.501,5	400.141,4	208.698,5	203.861,9	66.930,6	860.002,2	547.015,2	276.177,5	167.767,7	165.255,7	59.693,8
Ministério das Comunicações	702.868,9	207.240,0	125.498,9	121.675,1	41.748,4	353.787,7	269.745,9	151.032,1	100.626,9	100.598,5	29.302,6
Ministério da Cultura	365.025,1	183.621,8	106.010,9	102.419,8	43.966,6	402.693,5	264.951,0	176.044,8	102.633,6	94.156,7	88.497,3
Ministério do Meio Ambiente	494.536,4	250.967,0	145.648,2	144.651,7	49.292,4	399.879,6	345.844,0	218.871,7	140.469,9	138.877,9	50.209,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	451.839,2	213.474,5	127.994,1	120.038,5	33.975,1	558.538,9	389.607,6	213.560,1	173.235,2	166.066,6	60.630,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	702.387,8	282.635,5	150.124,5	146.907,0	81.471,8	653.009,9	580.727,0	381.491,2	215.805,8	212.089,4	84.644,8
Ministério do Esporte	143.804,9	64.061,6	34.960,5	34.703,1	12.199,6	412.065,5	262.399,9	109.830,3	49.734,0	49.550,4	42.564,9
Ministério da Defesa	4.112.673,2	2.702.912,4	1.448.816,7	1.288.845,5	487.142,0	3.939.396,7	3.191.285,5	1.659.176,2	1.215.086,0	1.079.447,1	416.825,1
Ministério da Integração Nacional	251.936,7	106.049,9	55.101,2	50.257,2	30.892,2	298.876,4	179.803,9	112.428,1	72.701,0	71.172,6	52.844,1
Ministério do Turismo	355.662,2	133.403,9	78.830,0	78.596,6	43.283,2	357.953,3	234.130,4	186.592,0	95.814,1	95.193,1	38.546,6
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	7.231.510,9	4.475.274,3	3.842.691,6	3.785.850,9	173.433,6	10.223.606,7	9.831.066,0	5.390.265,3	5.012.491,9	5.007.477,2	85.610,1
Ministério das Cidades	405.896,1	273.522,1	118.750,0	114.214,5	23.243,5	404.210,9	313.862,0	202.236,3	145.347,9	139.072,6	42.928,8
Encargos Financeiros da União	162.557,7	119.602,5	23.582,3	18.302,5	-	340.785,8	330.396,0	135.355,6	118.783,9	97.258,0	29.807,4
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	52.455,4	34.750,5	34.750,5	18.366,2	47.650,1	46.852,0	29.821,1	29.803,4	29.803,4	20.110,6
Operações Oficiais de Crédito	123.443,6	107.547,6	77.821,0	77.829,4	-	56.672,2	53.740,0	53.659,2	8,4	8,4	-
<b>TOTAL</b>	<b>65.855.041,4</b>	<b>42.056.368,3</b>	<b>29.891.584,0</b>	<b>28.027.995,9</b>	<b>4.058.078,7</b>	<b>70.052.418,0</b>	<b>64.471.240,1</b>	<b>39.030.879,1</b>	<b>31.541.382,9</b>	<b>31.002.927,7</b>	<b>4.037.923,1</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

**TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2005/2006 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	140.184,2	13.550,7	5.961,5	4.701,0	30.510,2	110.372,2	113.172,0	22.156,2	9.322,0	9.198,7	31.758,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	1,7	1,7	1,7	-	213,7	214,0	0,5	0,5	0,5	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	1.417,2	252,9	238,4	6.189,1	2.926,7	2.927,0	585,0	99,2	2,8	3.326,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	355.204,6	7.591,6	5.936,2	5.401,7	51.203,1	442.448,7	220.331,0	131.413,8	13.256,5	6.259,8	132.526,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	654.615,4	84.296,2	56.333,4	35.236,2	42.977,1	1.009.144,9	617.078,0	153.833,7	26.489,4	20.093,3	115.048,0
Ministério da Fazenda (3)	527.463,3	50.802,3	17.809,0	17.528,7	10.004,2	388.480,9	281.319,3	19.411,1	7.383,9	6.224,9	91.513,3
Ministério da Educação	974.728,3	136.514,3	57.931,8	31.523,0	139.626,8	1.180.521,2	895.728,0	244.599,8	85.407,0	58.256,1	508.335,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	104.957,5	4.949,8	4.013,7	3.798,3	39.634,9	93.856,1	42.294,0	17.780,1	1.021,2	1.020,5	19.430,6
Ministério da Justiça	679.361,4	120.910,8	30.303,0	29.336,8	132.560,1	610.899,8	483.956,0	83.664,7	7.552,5	7.549,8	163.469,7
Ministério de Minas e Energia	39.743,5	7.622,4	3.333,2	2.017,5	6.456,0	115.982,7	43.938,0	6.031,8	1.493,6	1.470,5	3.036,8
Ministério da Previdência Social	151.575,6	5.013,8	2.832,5	393,0	20.858,2	298.986,2	223.475,0	9.960,9	3,4	3,4	44.030,3
Ministério das Relações Exteriores	69.601,8	9.618,8	7.554,9	7.554,9	1.028,7	39.506,4	39.131,0	3.876,9	3.493,4	3.493,4	2.847,4
Ministério da Saúde	2.690.451,8	281.127,3	97.125,3	93.137,9	477.249,4	3.297.792,0	2.699.626,0	1.212.564,1	118.096,5	116.746,3	817.835,1
Ministério do Trabalho e Emprego	29.548,6	13.144,1	6.866,2	6.039,8	5.113,0	24.809,0	24.765,0	4.162,6	2.878,0	2.878,0	7.706,0
Ministério dos Transportes	6.329.282,2	2.537.191,1	422.254,0	262.792,7	599.417,9	5.003.627,6	3.284.899,4	1.312.383,1	163.322,1	113.419,3	1.158.540,9
Ministério das Comunicações	151.300,8	33.359,4	3.416,8	3.416,8	13.177,2	109.960,6	83.836,0	7.199,1	3.904,0	412,0	19.602,9
Ministério da Cultura	137.988,4	39.795,0	7.080,7	5.031,1	15.771,0	131.338,3	92.418,0	70.991,0	4.293,2	2.807,5	25.422,2
Ministério do Meio Ambiente	115.529,5	7.566,0	1.666,7	1.591,0	10.384,4	94.119,4	62.390,0	5.718,5	2.229,0	2.056,7	22.878,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	20.857,2	1.794,4	961,8	961,2	7.902,2	62.934,7	29.701,0	14.260,5	1.853,8	1.460,3	5.816,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.231.947,4	736.007,5	591.564,5	591.564,5	105.625,2	1.678.105,5	1.474.748,0	946.578,9	464.454,2	461.464,6	106.841,0
Ministério do Esporte	478.064,7	37.428,1	3.618,4	3.618,4	20.183,4	469.178,5	303.900,0	273.963,1	2.330,0	2.329,6	75.219,6
Ministério da Defesa	1.526.659,6	523.671,6	178.274,1	161.071,3	306.224,1	1.945.363,7	1.263.587,0	475.936,5	98.327,0	96.106,2	391.044,6
Ministério da Integração Nacional	2.323.481,1	350.872,4	57.470,4	44.124,2	156.051,9	1.814.242,2	782.648,0	556.287,4	40.369,4	30.249,3	444.192,9
Ministério do Turismo	658.657,8	41.579,8	410,2	410,2	24.314,5	884.929,1	408.783,0	376.115,1	305,4	239,5	93.962,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	25.353,1	23.501,7	23.501,7	15.203,8	215.710,4	143.622,0	74.349,5	24.340,7	24.340,7	21.664,3
Ministério das Cidades	2.341.810,8	341.497,9	75.215,5	50.716,2	292.821,8	2.288.351,3	1.080.208,4	796.002,5	19.804,2	19.779,0	226.007,6
<b>TOTAL</b>	<b>21.912.796,2</b>	<b>5.412.677,4</b>	<b>1.661.690,0</b>	<b>1.385.708,1</b>	<b>2.530.487,8</b>	<b>22.313.801,5</b>	<b>14.698.695,1</b>	<b>6.819.826,3</b>	<b>1.102.030,0</b>	<b>987.862,9</b>	<b>4.532.056,4</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

**Julho / 2006**

### Comentários

Em Julho de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -10,4%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.618.708,4 (mil), em Julho de 2006, contra R\$ 5.154.522,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Jul / 2006	Jul / 2006	Jan a Jul / 2006
							Jun / 2006	Jul / 2005	Jan a Jul / 2005
FPM	2.375.614,8	1.950.770,5	15.421.194,5	2.636.321,2	2.362.274,6	17.387.356,6	-10,4 %	21,1 %	12,7 %
FPE	2.267.034,7	1.861.608,4	14.716.351,8	2.518.201,7	2.256.433,7	16.608.319,7	-10,4 %	21,2 %	12,9 %

### Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Julho de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 28. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Julho	-11,0 %	-10,4 %	-11,0 %	-10,4 %	-6,0 %	-3,5 %

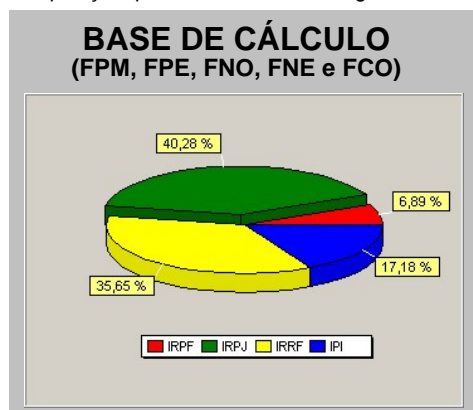
### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	ago/jul	set/ago	out/set
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	5,0 %	-22,0 %	15,0 %
IPI-EXP	1,0 %	3,0 %	2,0 %

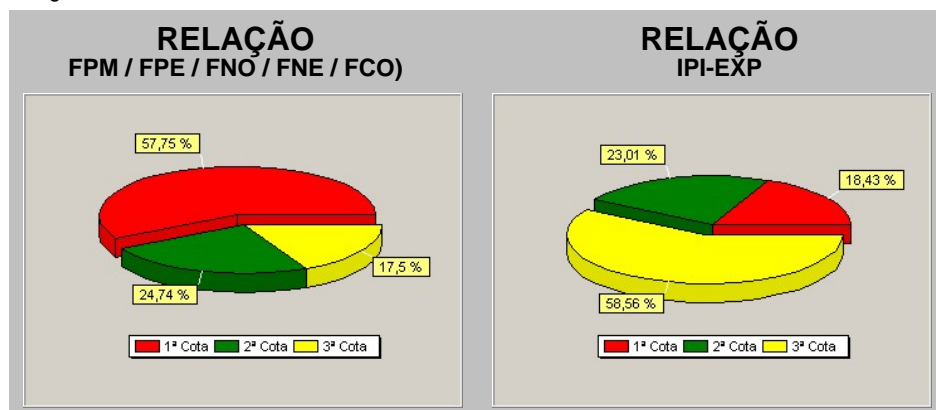
### Composição dos Fundos

Em Julho de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



### Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2006 a 20/07/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Jun/3º DEC	374.760,3	6.461.517,9	6.836.278,2	Jul/1º DEC	1.249.329,8	1.307.438,2	31.854,6	456.815,8	3.045.438,4
Jul/1º DEC	467.941,9	2.460.929,2	2.928.871,1	Jul/2º DEC	535.251,2	560.146,6	39.775,1	200.324,6	1.335.497,4
Jul/2º DEC	1.190.914	880.966,7	2.071.880,7	Jul/3º DEC	378.636,2	396.247,2	101.227,7	154.607,8	1.030.718,9
TOTAL	2.033.616,1	9.803.413,8	11.837.030	TOTAL	2.163.217,2	2.263.832	172.857,4	811.748,2	5.411.654,8
Jul/3º DEC	462.423,1	6.537.115	6.999.538,2	Ago/1º DEC	1.279.165,6	1.338.661,7	39.306	468.905,9	3.126.039,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). No quadro acima não está incluída a atualização monetária do PAES de 2003, 2004 e 2005. (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	13.171	77.193	16	15.972
Alagoas	AL	56.200	93.870	606	26.795
Amazonas	AM	33.206	62.964	5.306	18.153
Amapá	AP	9.079	76.990	13	15.290
Bahia	BA	211.088	212.019	11.303	77.567
Ceará	CE	123.557	165.552	1.886	51.749
Distrito Federal	DF	4.999	15.574	76	3.841
Espírito Santo	ES	42.134	33.846	7.589	15.787
Goiás	GO	85.614	64.153	1.582	27.034
Maranhão	MA	97.329	162.874	1.894	73.299
Minas Gerais	MG	310.573	100.513	20.175	79.250
Mato Grosso do Sul	MS	35.008	30.056	1.286	12.010
Mato Grosso	MT	43.807	52.076	1.664	17.687
Pará	PA	85.761	137.913	7.532	56.970
Paraíba	PB	76.324	108.058	620	32.717
Pernambuco	PE	115.218	155.698	1.378	48.414
Piauí	PI	61.094	97.510	81	28.077
Paraná	PR	160.803	65.057	19.787	45.807
Rio de Janeiro	RJ	69.414	34.472	20.775	23.429
Rio Grande do Norte	RN	58.681	94.272	894	27.238
Rondônia	RO	21.473	63.532	257	15.107
Roraima	RR	11.493	55.975	11	11.917
Rio Grande do Sul	RS	157.908	53.134	24.848	44.036
Santa Catarina	SC	91.729	28.878	14.994	24.805
Sergipe	SE	33.531	93.762	124	22.546
São Paulo	SP	316.894	22.564	36.182	72.843
Tocantins	TO	36.188	97.929	29	23.692
<b>Total</b>		<b>2.362.274</b>	<b>2.256.434</b>	<b>180.908</b>	<b>912.031</b>

No quadro acima está incluída a atualização monetária do PAES de 2003, 2004 e 2005. (1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maio	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
 E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

**Julho / 2006**

### Comportamento no Mês

Em Julho de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.837.440,9 (mil), contra R\$ 2.969.419,4 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -4,4% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -10,4% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Junho	Participação	Julho	Participação	Jul / Jun
FPM	464.064	15,6 %	415.824	14,6 %	-10,4 %
FPE	444.389	15,0 %	398.194	14,0 %	-10,4 %
IPI-EXP	33.100	1,1 %	31.925	1,1 %	-3,6 %
LC 87/96	121.724	4,1 %	24.345	0,8 %	-80,0 %
COMPL. UNIÃO	20.722	0,7 %	41.743	1,5 %	101,4 %
ICMS	1.885.421	63,5 %	1.925.410	67,8 %	2,1 %
<b>TOTAL</b>	<b>2.969.419,4</b>	<b>100,0 %</b>	<b>2.837.440,9</b>	<b>100,0 %</b>	<b>-4,4 %</b>

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: [fundef@mec.gov.br](mailto:fundef@mec.gov.br);
- por correspondência endereçada ao:  
Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510  
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580  
E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)

### Complementação da União

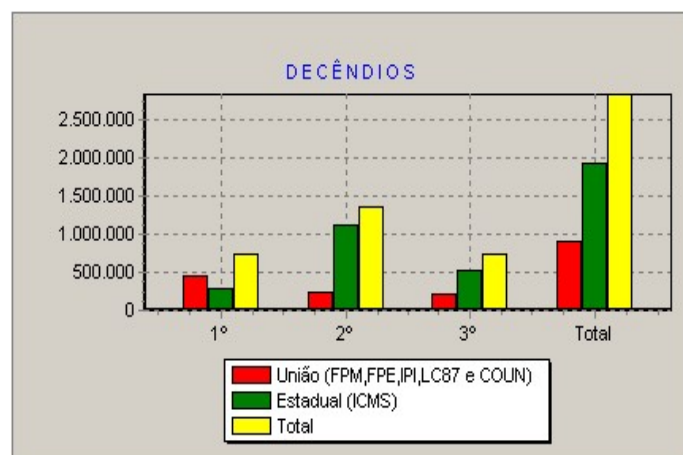
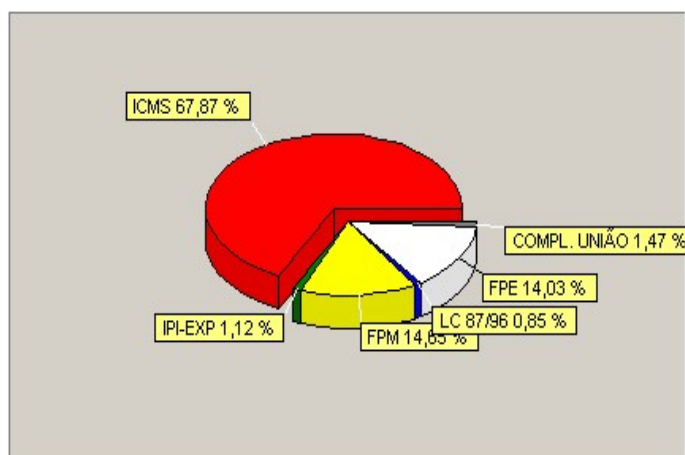
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
<b>TOTAL</b>	<b>41.444.610</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>41.742.765</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>20.722.305</b>	<b>64.734.420</b>

## FUNDEF Brasil por Origem

## FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



## Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	146.626	13.622	2.324	3	0	22	3.639	19.610	133,7	1.009,5
Alagoas	674.321	16.565	9.918	107	0	205	11.961	38.755	57,5	445,6
Amapá	127.625	13.586	1.602	2	0	99	3.027	18.318	143,5	1.069,1
Amazonas	745.772	11.111	5.860	936	0	246	42.774	60.927	81,7	557,3
Bahia	2.782.645	37.415	37.251	1.995	0	906	90.699	168.266	60,5	423,0
Ceará	1.531.674	29.215	21.804	333	0	397	19.994	71.743	46,8	416,4
Distrito Federal	300.965	2.748	882	13	0	197	0	3.841	12,8	94,0
Espírito Santo	497.527	5.973	7.435	1.339	0	1.039	47.359	63.146	126,9	933,8
Goiás	888.973	11.321	15.108	279	0	325	55.592	82.626	93,0	650,5
Maranhão	1.447.560	28.742	17.176	334	26.637	409	25.937	99.236	68,6	416,4
Mato Grosso	565.348	9.190	7.731	294	0	473	39.142	56.830	100,5	682,6
Mato Grosso do Sul	396.990	5.304	6.178	227	0	301	36.781	48.791	122,9	823,5
Minas Gerais	3.176.706	17.738	54.807	3.560	0	3.145	213.342	292.592	92,1	628,9
Paraíba	745.405	19.069	13.469	109	0	70	15.555	48.272	64,8	494,4
Paraná	1.527.232	11.481	28.377	3.492	0	2.458	108.195	154.002	100,8	758,5
Pará	1.533.369	24.338	15.134	1.329	15.105	1.064	22.592	79.562	51,9	417,6
Pernambuco	1.493.544	27.476	20.333	243	0	362	56.478	104.892	70,2	512,6
Piauí	639.212	17.208	10.781	14	0	74	12.301	40.378	63,2	460,1
Rio Grande do Norte	522.335	16.636	10.355	158	0	88	21.431	48.668	93,2	706,5
Rio Grande do Sul	1.503.203	9.377	27.827	4.385	0	2.448	145.466	189.502	126,1	885,4
Rio de Janeiro	2.005.935	6.083	12.250	3.666	0	1.430	183.842	207.271	103,3	680,0
Rondônia	295.378	11.212	3.789	45	0	61	15.787	30.894	104,6	732,6
Roraima	79.194	9.878	2.028	2	0	9	2.556	14.473	182,8	1.338,7
Santa Catarina	868.134	5.096	16.187	2.646	0	875	73.802	98.607	113,6	814,7
Sergipe	368.317	16.546	5.917	22	0	61	12.392	34.938	94,9	701,7
São Paulo	5.094.240	3.982	54.915	6.385	0	7.561	655.935	728.778	143,1	1.022,7
Tocantins	260.218	17.282	6.386	5	0	19	8.830	32.522	125,0	881,0
<b>Total</b>	<b>30.218.448</b>	<b>398.194</b>	<b>415.824</b>	<b>31.925</b>	<b>41.743</b>	<b>24.345</b>	<b>1.925.410</b>	<b>2.837.440</b>	<b>93,9</b>	<b>669,1</b>

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.